

ESTUDO TÉCNICO

N.º 27/2013

Principais resultados da PNAD 2012
potencialmente relacionados às ações
e programas do MDS – Versão Preliminar

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Estudo Técnico

No. 27/2013

Principais resultados da PNAD 2012 potencialmente relacionados às ações e programas do MDS

Técnicos responsáveis

Dionara Borges Andreani Barbosa

Ana Carolina Freitas de Andrade

Camila Barros Nascimento

Revisão

Paulo de Martino Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Indicadores sociais, conjuntura social*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

Este estudo técnico apresenta os principais resultados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2012, evidenciando os temas concernentes às ações e programas desenvolvidos pelo MDS.

1. Temática central tratada

Anualmente, a PNAD é realizada pelo IBGE, à exceção dos anos em que são feitos os Censos Demográficos. A pesquisa abrange características gerais da população, educação, migração, trabalho e rendimento, habitação, entre outras. Normalmente seus resultados são divulgados em setembro do ano seguinte ao da coleta dos dados.

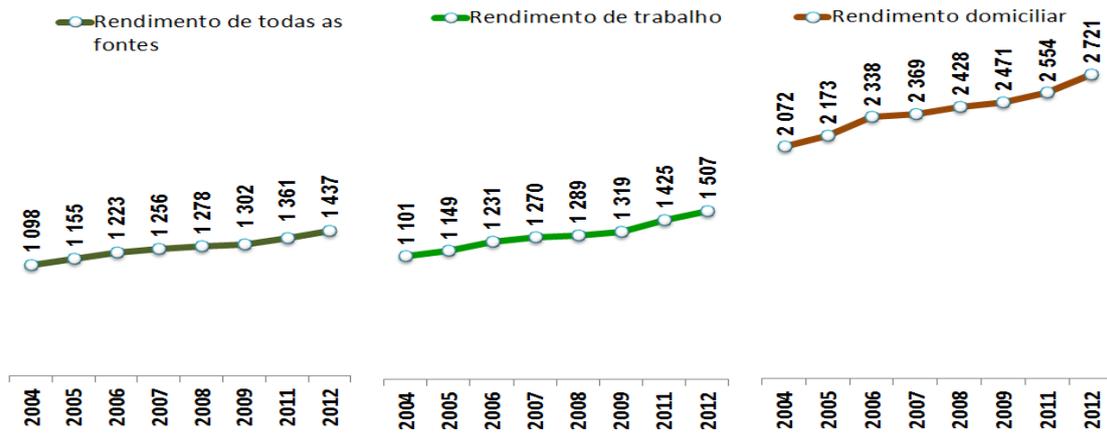
2. Rendimentos

O rendimento médio domiciliar tem mantido sua tendência de crescimento desde 2004 obtendo sua maior variação neste último período (2011/12) de 6,5%.

Em 2012, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento foi estimado em R\$ 1.507,00, representando um incremento de 5,8% em relação ao verificado em 2011 (R\$ 1.425,00).

Com relação aos rendimentos de todas as fontes, os resultados evidenciam que estes também se elevaram continuamente durante o período. O crescimento dos rendimentos de todas as fontes passou de R\$1.361,00 em 2011 para R\$1.437,00 em 2012, o que corresponde a um crescimento real de 5,6% no período. Já o rendimento domiciliar passou de R\$2.554,00 em 2011 para R\$2.721,00 em 2012, cuja variação percentual do rendimento médio mensal representa 6,5%.

Gráfico 1: Rendimento médio mensal real, Brasil



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

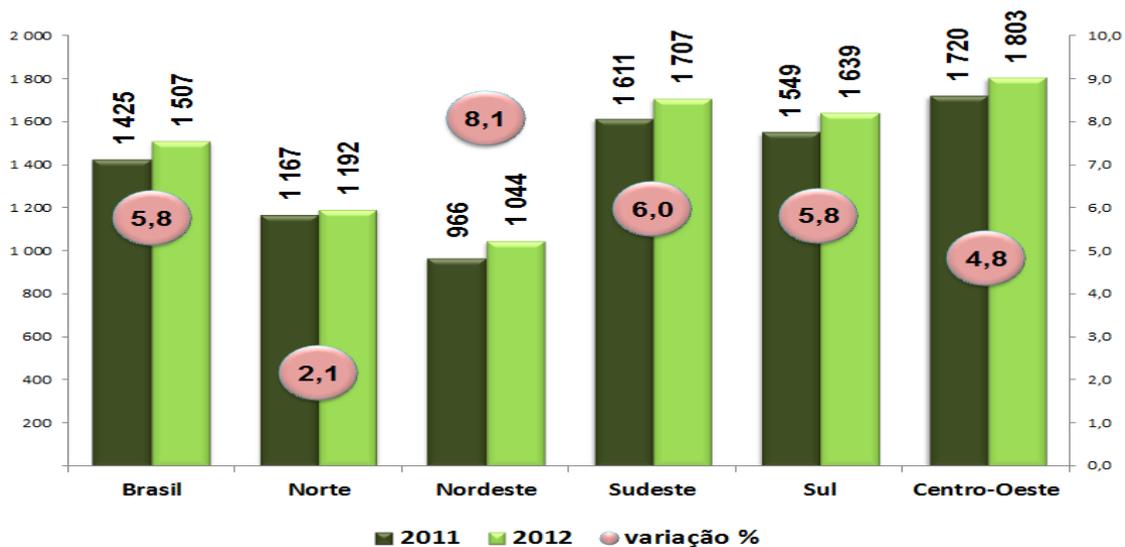
Quadro 1 – Variação percentual dos rendimentos médios mensais – Brasil, 2012

Rendimento	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2011	2011/2012
Todas as fontes	5,2	5,9	2,7	1,8	1,9	4,5	5,6
De trabalho	4,4	7,1	3,2	1,5	2,3	8,0	5,8
Domiciliar	4,9	7,6	1,3	2,5	1,8	3,4	6,5

Fonte: IBGE, IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Todas as Grandes Regiões apresentaram crescimentos do rendimento médio mensal real do trabalho: Norte (2,1%), Nordeste (8,1%), Sudeste (6,0%), Sul (5,8%) e Centro-Oeste (4,8%). Em 2012, estes valores foram estimados, respectivamente, em R\$1.192,00, R\$1.044,00, R\$1.707,00, R\$1.639,00 e R\$1.803,00.

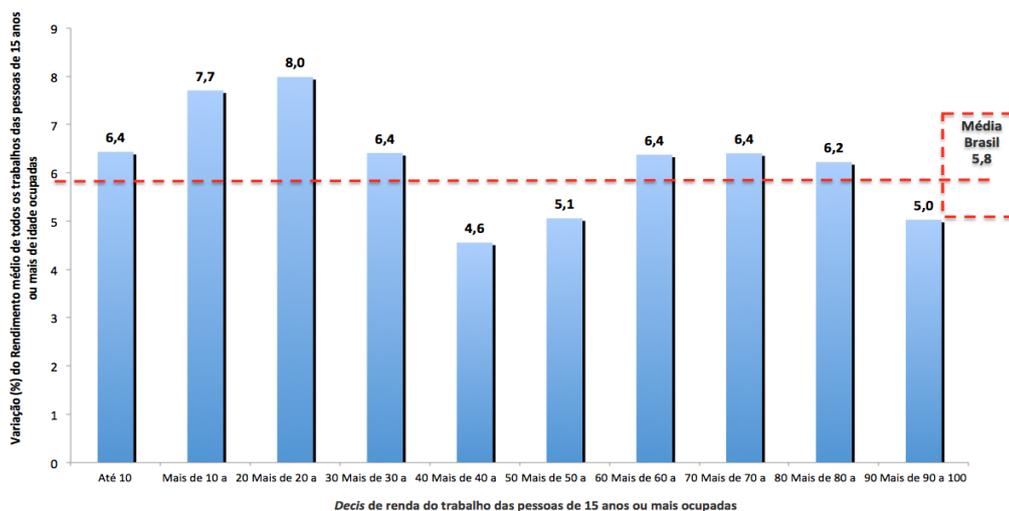
Gráfico 2: Rendimento médio mensal real do trabalho (R\$) – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Entre os 10% mais pobres, o Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos teve aumento de 6,4 % em relação a 2011, já entre os 10% mais ricos o aumento foi de 5,0%.

Gráfico 3 - Variação do rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idades ocupadas, com rendimento, segundo decis de renda de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas (%) - Brasil 2011/2012

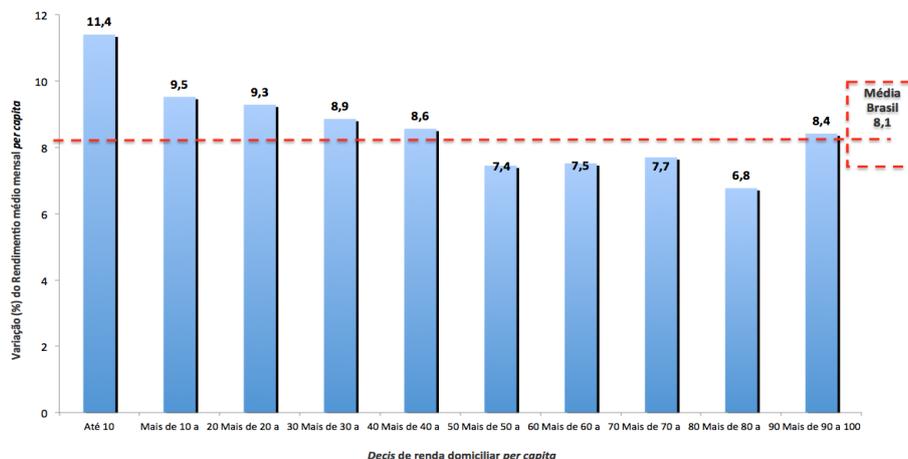


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Valores de setembro de 2011 inflacionados para valores de Setembro de 2012 com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

O rendimento domiciliar médio *per capita* teve aumento de 8,1 %, saindo de (R\$ 974 em 2011 para R\$ 1.053 em 2012). Entre os 10% mais pobres o aumento foi de 11,4 % e entre os 10% mais ricos, de 8,4 %.

Gráfico 4 - Variação do rendimento médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, segundo decis de renda domiciliar per capita (%) - Brasil 2011/2012

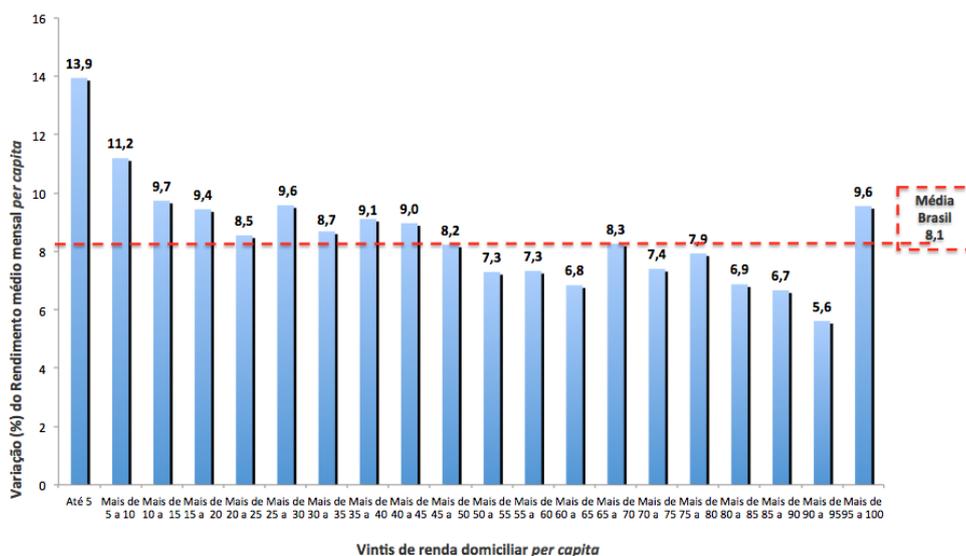


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Valores de setembro de 2011 inflacionados para valores de Setembro de 2012 com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Analisando o aumento do rendimento domiciliar médio *per capita* por *ventis*, temos que os 5% mais pobres tiveram aumento de 13,9 % na renda e *ventil* subsequente, aumento de 11,2 %. Por outro lado, os 5 % mais ricos, tiveram incremento de 9,6 % e o penúltimo *ventil*, 5,6% de aumento. A média do País como visto anteriormente foi da variação de 8,1 %.

Gráfico 5 - Variação do rendimento médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, segundo *ventis* de renda domiciliar per capita (%) - Brasil 2011/2012



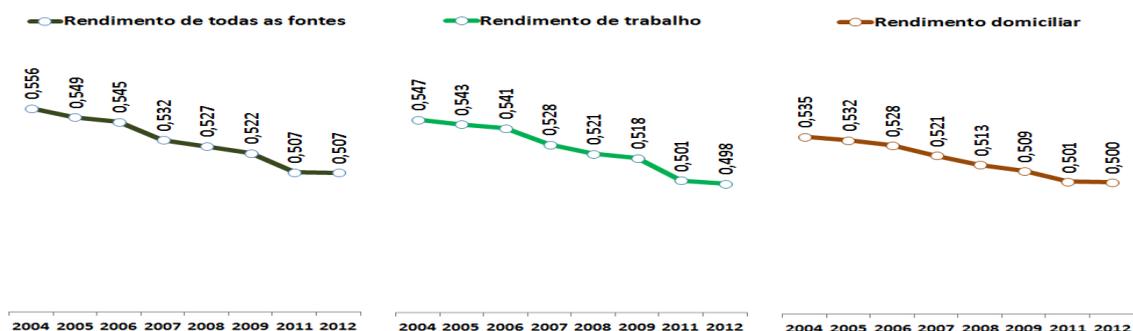
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Valores de setembro de 2011 inflacionados para valores de Setembro de 2012 com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

3. Desigualdade

No que se refere à desigualdade, medida pelo Índice de Gini, nos três tipos de rendimentos investigados (de todas as fontes, de trabalho e domiciliar) é perceptível a queda na desigualdade ao longo do período analisado, 2004 a 2012. Exemplo disso é a redução da desigualdade para o rendimento de trabalho, que saiu de 0,547 em 2004 para 0,498 em 2012.

Gráfico 6: Índice de Gini para os rendimentos de trabalho, todas as fontes e domiciliar, Brasil



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

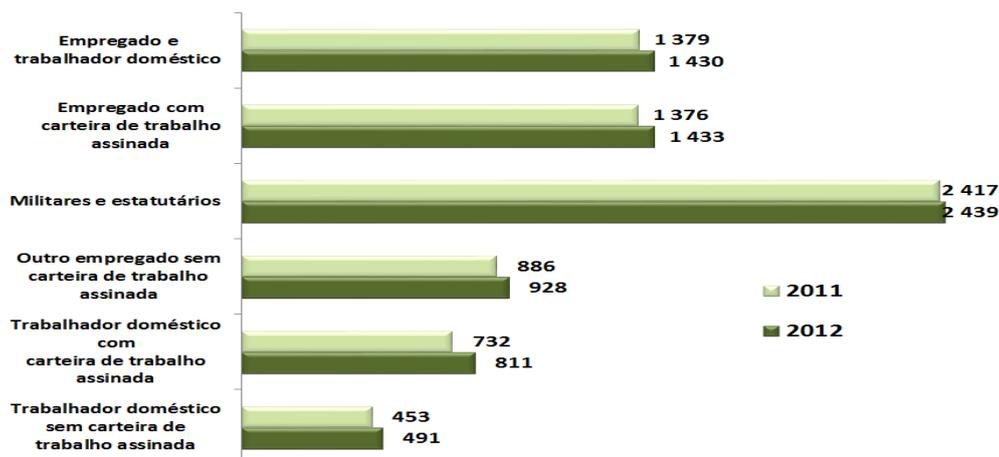
Com relação à redução na desigualdade para as Grandes Regiões, merece destaque a Região Norte, que, no período entre 2011 e 2012 apresentou queda na desigualdade para todos os tipos de rendimento, em especial no rendimento domiciliar, que passou de 0,499 para 0,477. Por sua vez, a Região Sul apresenta o menor Gini verificado entre todas as Regiões e Brasil, correspondendo a 0,466 em 2012.

4. Mercado de Trabalho

De 2011 para 2012 o rendimento médio real do trabalho apresentou crescimento em todas as categorias. O crescimento mais expressivo em termos percentuais foi verificado na categoria Trabalhador doméstico com carteira assinada, correspondendo a 10,7% de aumento no rendimento médio.

Por outro lado, o rendimento médio entre Militares e servidores públicos estatutários foi o que menos cresceu em termos percentuais, aumentando apenas 0,9% no período considerado.

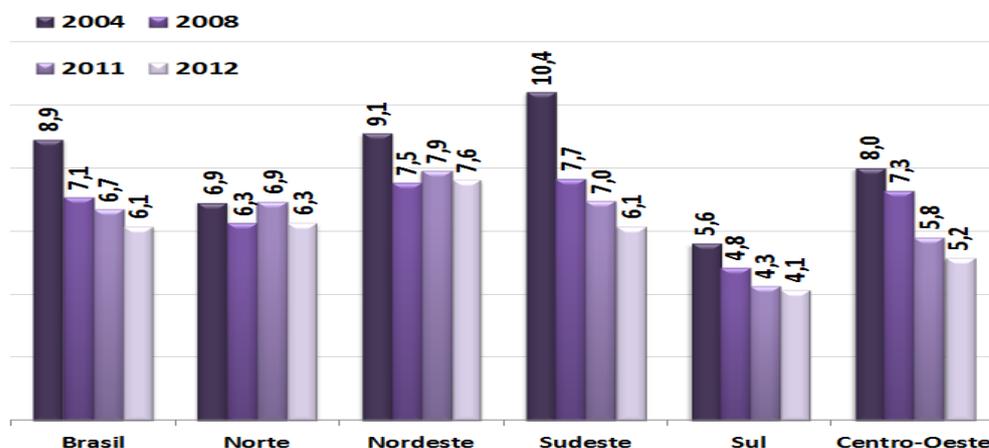
Gráfico 7: Evolução do rendimento do trabalho por categoria, Brasil



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Com relação à taxa de desocupação, percebe-se que, considerando os anos de 2004, 2008, 2011 e 2012, esta vem caindo gradativamente, para todas as Grandes Regiões brasileiras. De 2004 a 2012, a taxa apresentou redução de 8,9% para 6,1%, o que corresponde à queda de 2,8 pontos percentuais. Merece destaque no período a Região Sudeste, cuja taxa era de 10,4% em 2004 e caiu para 6,1% em 2012.

Gráfico 8: Evolução da taxa de desocupação (%), Brasil

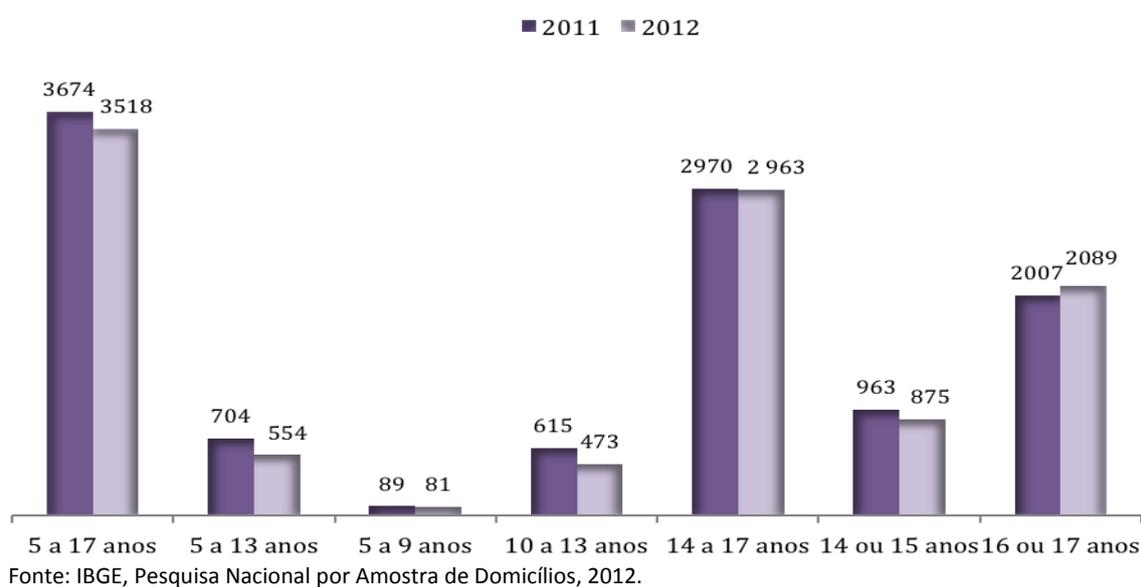


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

5. Trabalho Infantil

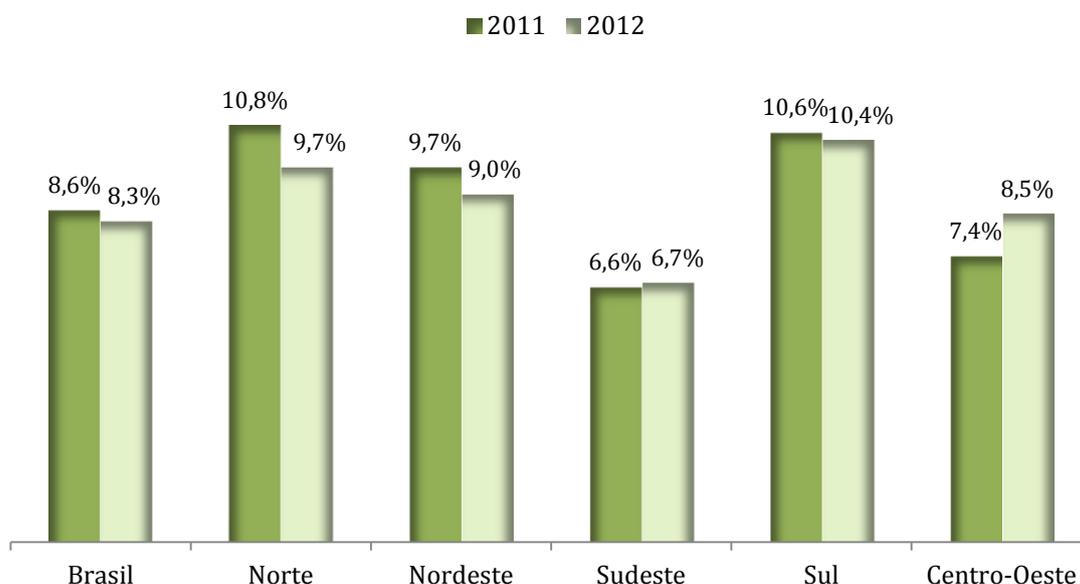
Aproximadamente 156 mil crianças deixaram de realizar atividades laborais no Brasil, ao se comparar os dados de 2011 aos de 2012. Na faixa de 5 a 17 anos, a população ocupada caiu cerca de 4,2% entre 2011 e 2012. Quando analisadas as faixas etárias, o grupo de 10 a 13 anos apresentou a maior redução, pouco mais de 23%. O grupo de 14 ou 15 anos apresentou queda de 9% de um ano para outro e o grupo de 16 ou 17 anos foi o único que demonstrou aumento – em números absolutos, 82 mil jovens a mais estavam ocupados.

Gráfico 9: Quantitativo de crianças/jovens em situação de trabalho, por faixa etária, Brasil



O nível de ocupação das crianças e jovens entre 5 e 17 anos apresentou pequena queda – de 8,6% em 2011 para 8,3% em 2012. As regiões que apresentaram a maior redução em pontos percentuais nesta faixa foram as regiões Norte e Nordeste, 1,1 p.p e 0,7 p.p, respectivamente. As regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram aumento no nível de ocupação entre crianças e jovens – 1,1 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente.

Gráfico 10: Crianças/jovens de 5 a 17 anos em situação de trabalho, Brasil e Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

6. Alfabetização

Entre 2011 e 2012 houve aumento de 0,1% na taxa de analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos. Desde 2004, foi a primeira vez que a taxa de analfabetismo não decresceu entre um ano e outro. De acordo com o quadro abaixo.

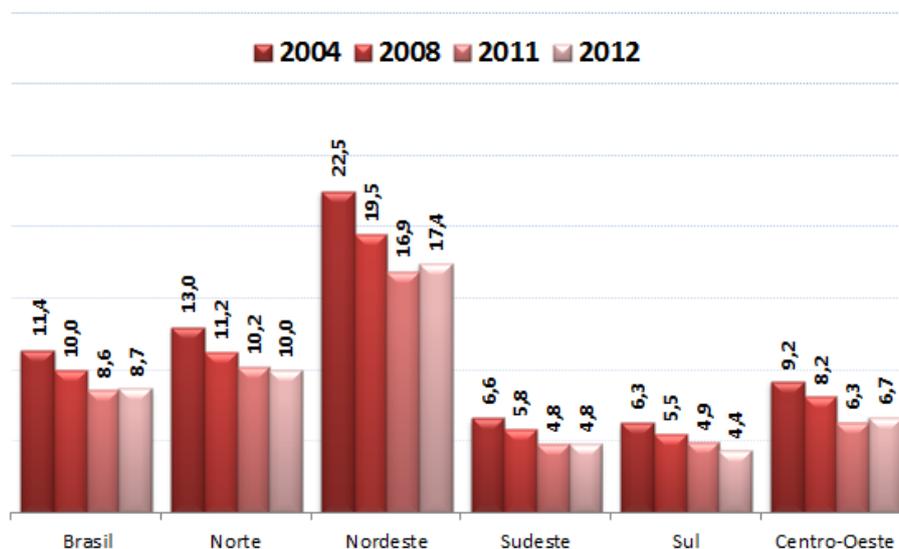
Quadro 2: Evolução da taxa de analfabetismo, Brasil

Brasil	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
	11,4	11,1	10,4	10,1	10,0	9,7	8,6	8,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Quando comparadas as grandes regiões, observa-se um decréscimo em todas desde 2004, com aumento apenas entre os anos de 2011 e 2012. Houve aumento nas regiões Nordeste (0,5 p.p.) e Centro-Oeste (0,4 p.p.). As regiões Sul e Norte apresentaram decréscimo (0,5 p.p. e 0,2 p.p. respectivamente) e a região Sul manteve a mesma taxa de 2011 para 2012.

Gráfico 11: Taxa de analfabetismo, Brasil e Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Em 2012, o número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Brasil se manteve idêntico ao de 2011, ou seja, a média foi de 7,4 anos de estudo para esta faixa etária. Houve uma leve melhora na média de anos estudados para as pessoas residentes na região Sul, de 8,1 para 8,3 anos, e na região Sudeste, de 7,7 para 7,8 anos de estudo dentro deste recorte etário. Por outro lado, a região Nordeste apresentou leve queda na média de estudos, de 6,0 para 5,8, assim como a região Centro-Oeste, de 7,8 para 7,7 anos de estudo. Por sua vez, entre 2011 e 2012 a região Norte se manteve estável na média de 6,7 anos de estudo para pessoas com 25 anos ou mais de idade.

Gráfico 12: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade por Brasil e Região segundo Ano

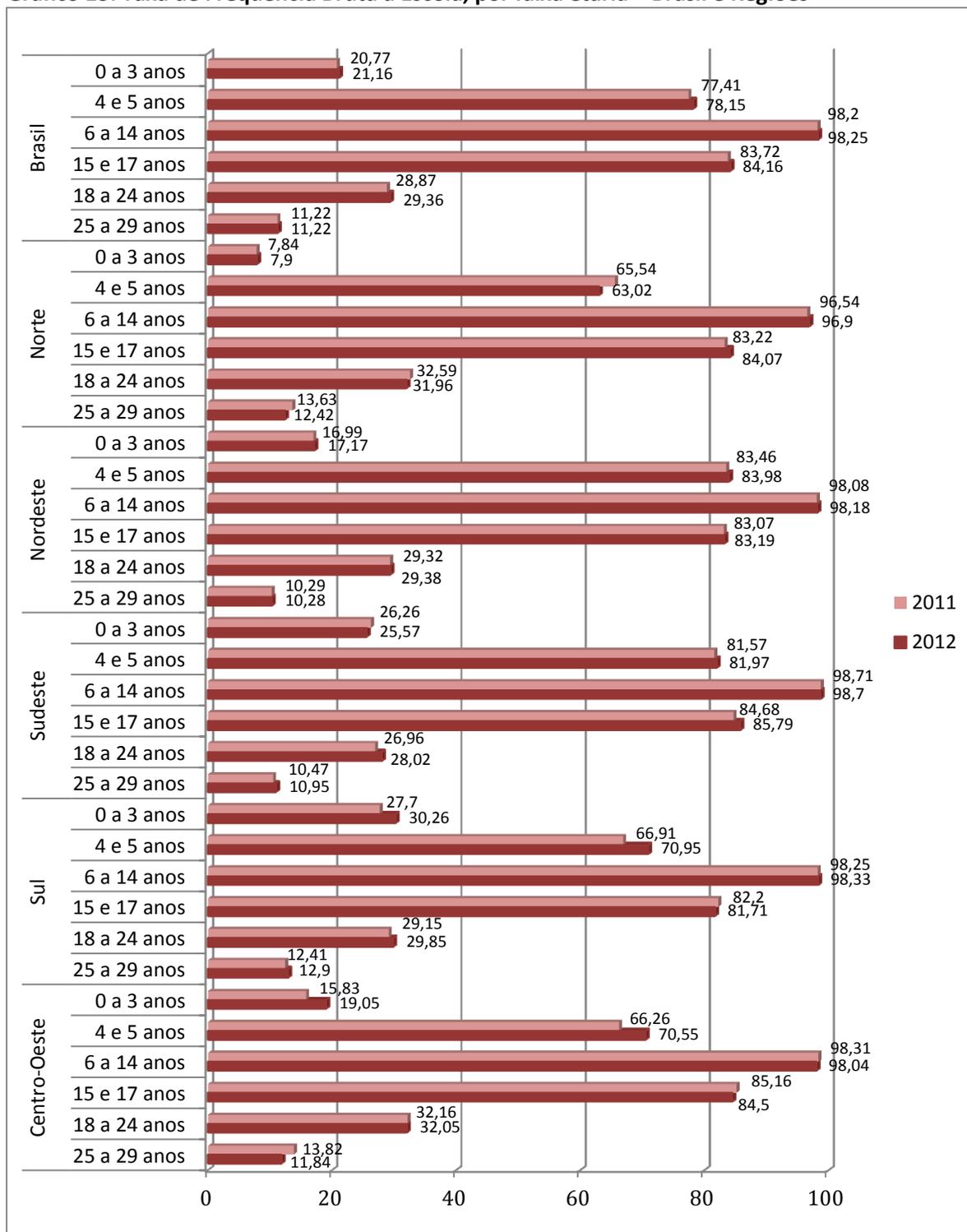
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade por Brasil e Região segundo Ano		
Brasil e Região segundo ano	2011	2012
Brasil	7,4	7,4
Norte	6,7	6,7
Nordeste	6,0	5,8
Sul	8,1	8,3
Sudeste	7,7	7,8
Centro-Oeste	7,8	7,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

No que se refere à frequência à escola por faixa etária entre 2011 e 2012, de modo geral, houve pouca variação no percentual de estudantes em todos os grupos de idade. Merece destaque, tanto para o Brasil quanto para todas as regiões, a faixa etária entre 6 e 14 anos, em que a quase totalidade das crianças se encontra matriculada nas escolas em 2012. O percentual mais baixo encontrado verificado em 2012 foi de 96,9% para esta faixa etária, na região Norte, enquanto que o mais alto foi verificado na região Sudeste, 98,7%.

O percentual de crianças na escola de 0 a 3 apresentou elevação em praticamente todas as regiões no período considerado, à exceção do Sudeste. Para o Brasil, em 2011 era de 20,77% e subiu para 21,16% de crianças matriculadas nessa faixa etária. O Centro-Oeste foi a região que apresentou a maior alta, passando de 15,83% em 2011 para 19,05% em 2012. Por sua vez, o Sudeste teve ligeira queda no número de crianças na escola na faixa etária de 0 a 3 anos, de 26,26% em 2011 para 25,57% em 2012.

Gráfico 13: Taxa de Frequência Bruta à Escola, por faixa etária – Brasil e Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

7. Considerações Finais

A PNAD tem o propósito de apresentar um diagnóstico do país através dos principais indicadores socioeconômicos e demográficos. Também apresenta a

comparação com resultados anteriores permitindo um olhar ampliado sobre alguns temas.

Dos resultados de 2012, no concernente ao escopo de atuação do MDS, vale citar o aumento da renda média mensal real dos trabalhadores e a redução da população ocupada de 5 a 17 anos de idade de 8,6% em 2011 para 8,3% em 2012, com maior expressividade na faixa de 10 a 13 anos. Também foi possível observar um crescimento do número de pessoas ocupadas, com aumento do emprego com carteira de trabalho assinada.